

Cabeça a cabeça
 Skaf e Vaz cantam vitória na véspera das eleições da Fiesp. **Página 5**

Espera continua
 Fux, do STJ, aprova indenização à Varig, mas julgamento é adiado. **Página 6**

E & NEGÓCIOS

Economia

QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2004



Bancos propõem acordo para reduzir juros

Imposto e compulsório cairiam em troca de crédito para elevar produção e emprego

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do Bradesco, Marcio Cypriano, propôs ontem um acordo com o governo e as empresas para reduzir o spread bancário (diferença entre o custo de captação do dinheiro e os juros cobrados do consumidor) no País – um dos maiores do mundo. “Seria uma parceria público-privada pelo crescimento econômico”, avaliou ele, em entrevista exclusiva ao Estado.

A idéia é reduzir o compulsório e a carga tributária sobre a intermediação financeira, possibilitando financiamentos com taxas de juros menores. As empresas beneficiadas por esses empréstimos teriam de investir no aumento da produção e na criação de empregos. Os bancos, por sua vez, teriam uma meta de liberação de financiamento com essa finalidade. Já a possível perda de arrecadação do Estado seria compensada pelo aumento do volume de crédito.

A proposta de Cypriano, no entanto, já vem sendo estudada, em partes, pelo governo. As medidas para reduzir a tributa-

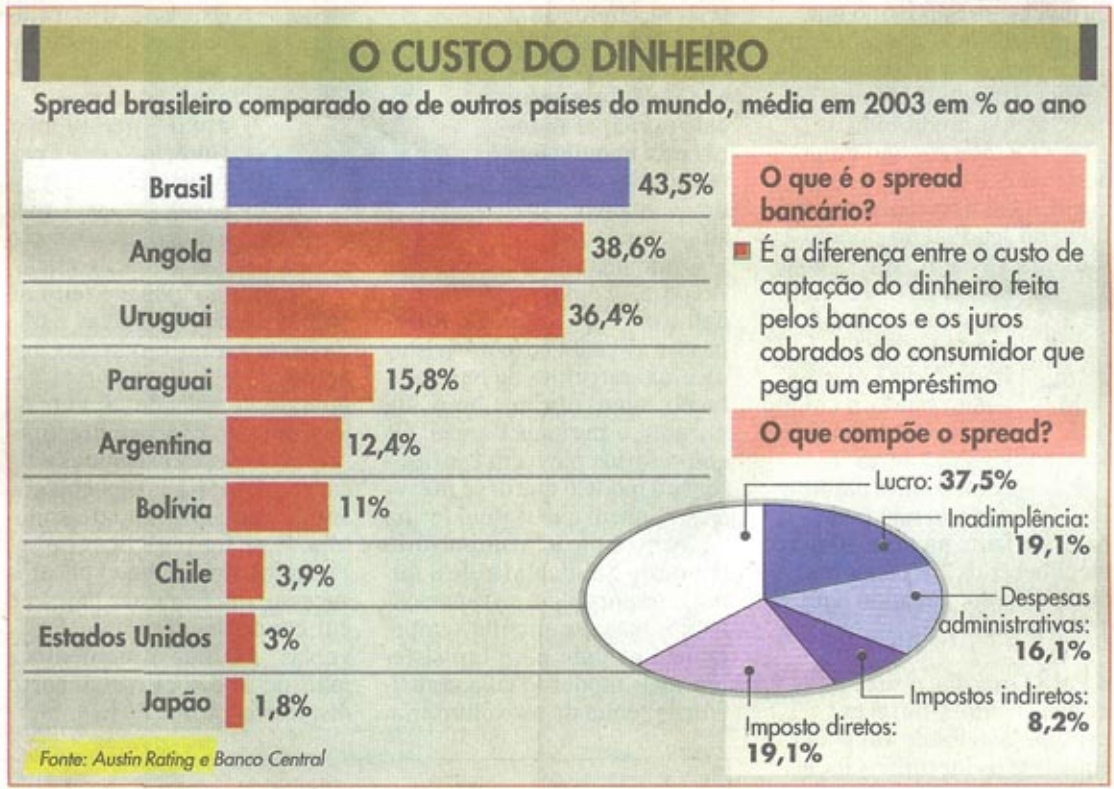
ção sobre a intermediação financeira e baratear o crédito seriam apresentadas numa segunda edição do pacote de bondades e atendem às aflições dos empresários, que nos últimos meses voltaram sua artilharia para o juro bancário.

Com a taxa Selic estacionada em 16% ao ano e sem perspectiva de queda tão cedo, o governo resolveu ampliar a discussão sobre o spread. No Senado, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentará proposta para aumentar a concorrência entre os bancos na disputa de seus clientes. Segundo ele, a possibilidade de o empregado escolher o banco em que receberá o salário pode levar as instituições financeiras a reduzir as taxas de juros para empréstimos a pessoas físicas.

GOVERNO JÁ ESTUDA CORTE DE TRIBUTOS

As discussões não param por aí. A redução do juro bancário também é tema da Câmara de Política Econômica do Palácio do Planalto, por proposta do ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo. Depois de ter contado com o presidente do BC, Henrique Meirelles, na semana passada, uma nova reunião será realizada hoje, com o presidente do Banco do Brasil (BB), Cássio Casseb.

O executivo apresentará um relatório sobre como a redução dos juros no BB tem influencia-



do na expansão da clientela. Rebelo voltou da China impressionado com o intenso uso do crédito financeiro como alavanca do desenvolvimento chinês, que levou o crescimento do PIB a 8% ao ano. A relação crédito/PIB da China é de 120%; no Chile, 60%; na Bolívia, 55%; e no Brasil, 25%, afirma o presidente da Austin Rating, Erivelto Rodrigues.

Segundo ele, o momento é bastante oportuno para discutir a redução do spread bancário, já que o País retomou o crescimento econômico. Na avalia-

ção dele, a carga tributária é apenas um dos fatores que podem reduzir o custo do dinheiro emprestado pelos bancos, mas já é um começo. “Tem de haver uma contribuição mútua de governo e instituições financeiras.” Pelo lado do Estado, viria o corte nos impostos e, pelos bancos, o aumento da oferta de dinheiro no mercado.

“Com a atividade econômica crescendo de forma consistente, os bancos podem emprestar mais e ganhar menos.” Rodrigues afirma que, num primeiro momento, o governo vai arrecar-

dar menos por operação, mas no futuro ganhará com o aumento do volume emprestado.

Para o economista e professor de MBA da Fipe/USP, Marcelo Allain, a proposta do presidente da Febraban é saudável e mostra que o setor bancário está disposto a contribuir para o crescimento econômico. “Mas essa é uma decisão política. A realidade é o governo dizer se vai reduzir a tributação de intermediação financeira em troca de um crédito mais barato.” Além disso, afirma ele, o governo tem de abrir

mão de arrecadação num primeiro momento.

Mas ele lembra que há outros fatores que não podem ser esquecidos para colocar o spread bancário brasileiro em níveis de países desenvolvidos, como a inadimplência e despesas administrativas. Essa última poderia ser reduzida com o aumento da escala ou o crescimento do volume da carteira de crédito. Já o caso da inadimplência o BC adotou no mês passado o Sistema de Informações de Crédito (SCR), o cadastro positivo, com o qual pretende reduzir o risco de calote.

O economista-chefe da Sul América Investimentos, Newton Rosa, concorda com Allain. “O governo precisa de arrecadação e não tem como abrir mão de receita. Por isso, nenhuma medida de redução de impostos foi tomada até agora.” Ele argumenta também que a economia não vinha crescendo nos últimos anos. Numa economia estagnada, diz ele, não adianta ter recursos para o crédito, pois não tem tomador.

Para ele, apenas a redução do compulsório já seria uma grande contribuição para a redução do spread. “Em nenhuma economia avançada do mundo se usa compulsório para fazer política monetária. Só no Brasil”, diz Rodrigues, da Austin. (Milton F. da Rocha Filho, Renée Pereira, James Allen)